

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DR. SC
Al FGC

Distribuição gratuita

Admitida MP contra combustível adulterado

Página 7

Aprovada a criação do Conselho Estadual da Juventude

Página 7

Impacto do fosfato em debate

Páginas 4

Ampliada proibição de fumo em locais fechados

Projeto de lei que recebeu substitutivo global segue para sanção do governo

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados autorizam projeto que institui também o dia 29 de agosto como o Dia Estadual de Combate ao Fumo

Página 7

Jonas Lemos Campos



Deputados cobram medidas de prevenção contra tragédias

Páginas 4 e 5

Homenagem ao Dia do Maçom

Eduardo Guedes de Oliveira



Presidente Jorginho Mello entrega livro para grão-mestre

Página 3

Eduardo Guedes de Oliveira



Sessão destaca Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo

Páginas 4 e 5

Solenidade comemora os 25 anos de atuação da entidade

Presidente da Assembleia anuncia construção do Anexo Sul

Página 3

OPINIÃO

Pré-sal

A grande discussão do momento no Congresso Nacional e em nosso país é sem dúvida: o pré-sal. Ainda não se pode dizer com certeza, quantos bilhões de barris o pré-sal acrescentará às reservas brasileiras. Mas já se pode afirmar, com toda segurança, que ele colocará o Brasil entre os 10 países com as maiores reservas de petróleo do mundo. Esta é uma das maiores descobertas de petróleo de todos os tempos.

Por ser um estado que tem dado passos importantes na superação das desigualdades sociais, Santa Catarina precisa participar ativamente deste movimento em prol do petróleo do Pré-sal, inovando na indústria do petróleo em equipamentos, logística, engenharia, novos materiais, na ampliação de conhecimentos, programas tecnológicos e forte integração com universidades e institutos de pesquisas.

Uma das opções é a participação no PROMINP – Programa de mobilização da indústria de petróleo, cuja missão é revitalizar a indústria nacional do petróleo e gás em bases competitivas e sustentáveis, além de promover o aumento do conteúdo local nos projetos desenvolvidos pela Petrobras.

Precisamos debater sobre o novo modelo regulatório, pois a adoção do modelo de partilha de produção do pré-sal é uma mudança absolutamente necessária e justificada.

Não podemos deixar de passar a oportunidade de rever os critérios utilizados para a distribuição dos royalties, amparados na demarcação geográfica feita em 1991 pelo IBGE, que privilegiou Paraná e São Paulo e prejudicou nosso Estado.

É necessário uma manifestação contundente dos catarinen-

ses para conseguirmos sucesso nesta revisão para aumentarmos por justiça os valores a serem recebidos por Santa Catarina.

Pronunciei-me no plenário da Assembleia e convidei a todos para principalmente fazermos parte deste novo choque de desenvolvimento brasileiro, discutindo o tema, interagindo com o Congresso Nacional, colaborando no aperfeiçoamento do texto do Marco Regulatório, do rateio dos royalties e do Fundo Soberano.

Requeri juntamente com os deputados Amauri Soares e Silvio Dreveck a criação de uma subcomissão no âmbito da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia do legislativo para deliberarmos e acompanharmos o tema, encaminhando as sugestões recebidas ao Congresso nacional.

Deputado Renato Hinnig (PMDB)

Benefício imediato, prejuízo permanente

O projeto de instalação de uma fosfateira em Anitópolis nos remete a uma interrogação sobre qual o tipo de desenvolvimento que queremos para Santa Catarina. Continuamos presos àquele modelo que aspira apenas à geração imediata de empregos e arrecadação de impostos ou planejaremos o futuro optando por um modelo que alie conservação dos recursos naturais, geração de renda e sustentabilidade?

Para quem não tem noção do que é a exploração de uma mina de fosfatos, proponho que imagine a transformação daquela belíssima paisagem do Rio dos Pinheiros em uma imensa cratera. Com uma simples pesquisa de imagens na internet é possível ter uma noção da devastação que ocorrerá na região. Tal como em qualquer outro tipo de mineração, a riqueza local será explorada e exaurida. Em menos de 30 anos, quando nada mais sobrar, a empresa irá embora do município e a

população ficará com o legado dos prejuízos sociais e ambientais.

Além da destruição da paisagem natural para exploração do minério, a atividade ameaça a contaminação dos recursos hídricos por produtos químicos, como o enxofre, que é usado na fabricação do ácido sulfúrico empregado no beneficiamento do fosfato. Especialistas apontam diversos fatores de risco, como a construção de duas barragens para acumular os dejetos do processo produtivo, em uma região com altos índices de chuva; a liberação de gases altamente tóxicos na atmosfera, ocasionando a formação de chuva ácida; risco de poluição da bacia do Rio Branco e das bacias vizinhas, como a do Rio Cubatão, que abastece toda a Grande Florianópolis, e a do Rio Tijucas.

No curto prazo, pensando em retorno financeiro, a implantação da fosfateira trará benefícios econômicos. Mas os gestores públicos têm o direito de assumir tantos

riscos em nome de uma visão imediatista? Assim como trará empregos e gerará impostos, também acarretará problemas de infraestrutura, saturando ainda mais a BR-280, e criará problemas de ordem social, trazendo um contingente de funcionários especializados de fora para disputar a escassa estrutura pública existente no município.

Outro questionamento que se faz necessário é saber até que ponto a opinião da população conta em um processo de licenciamento ambiental, uma vez que tem havido grande resistência a esse empreendimento. A comunidade precisa debater e efetivamente participar dessa decisão que, afinal, terá impactos futuros na vida de todos, pois os benefícios desse empreendimento serão imediatos e temporários, mas os prejuízos serão permanentes.

Deputado Círio Vandresen (PT)

Parlamento faz homenagem a Paulo Stuart Wright

A Assembleia Legislativa homenageou, dia 29, a memória e a trajetória do ex-deputado Paulo Stuart Wright, desaparecido na ditadura militar. A iniciativa foi do presidente do Legislativo, deputado Jorginho Mello (PSDB): "Essa é uma maneira de reconhecer o trabalho e a luta deste catarinense que atuou na política e há 36 anos está desaparecido". Participaram do evento familiares e amigos do político, além de representantes do Movimento Pró-Memória, Memorial dos Direitos Humanos (que reúne UFSC, Udesc e Assembleia), Igreja Presbiteriana e do Instituto Paulo Stuart Wright. O ato foi realizado no Plenarinho da Assembleia, que leva o nome do político desaparecido.

Natural de Joaçaba, Paulo Stuart Wright nasceu em julho de 1933. Filho de missionários presbiterianos americanos, seu interesse pelas causas populares despontou ainda quando adolescente e fez com que entrasse para a vida política em 1961, quando se candidatou à prefeitura de sua cidade. No ano

seguinte conquistou uma cadeira na Assembleia Legislativa, pelo Partido Social Progressista (PSP). Porém, seu mandato durou pouco tempo. Em 1964, após o golpe militar, foi cassado e partiu para o exílio, passando pelo México, Cuba e China. Ele também era membro da Ação Popular, um movimento que procurava promover a inserção social e a conscientização política da sociedade e que não foi reconhecido pelo governo golpista.

Clandestinamente, Paulo retornou ao país nove anos depois, quando foi preso na periferia de São Paulo e desapareceu. Até os dias atuais permanece a ausência de informações sobre seu destino após a prisão.

Na homenagem, foi entregue uma placa, em nome do Legislativo, ao Padre Alípio de Freitas, que conviveu com Paulo no exílio. João Paulo Wright presenteou Jorginho Mello com um quadro com a foto de Paulo Stuart Wright e um trecho de seu primeiro pronunciamento como deputado estadual.

[AGENDA]

• **Dia 5, 19h**: Abertura da exposição "Emoções de SC", do Grupo de Artistas Plásticos de Balneário Camboriú
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **Dia 5, 19h**: Sessão solene em homenagem à Associação Empresarial de Brusque pela passagem dos 75 anos de fundação
Local: Teatro do Centro Empresarial, Social e Cultural de Brusque

• **Dia 6, 20h**: Sessão solene em homenagem a criciúenses que contribuíram para o desenvolvimento econômico e social do município
Local: Criciúma Clube – Criciúma

• **Dia 7, 8h**: Abertura oficial da 8ª edição do Programa Parlamento Jovem
Local: Auditório Antonieta de Barros

• **Dia 8, 19h**: Sessão especial em comemoração ao Dia do Profissional de Educação Física e aos 10 anos de funcionamento do Conselho Regional de Educação Física (CREF/SC)
Local: Plenário

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Parlamento homenageia Dia do Maçom

Ato solene destaca data comemorada no dia 20 de agosto, conforme lei de autoria do presidente Jorginho Mello

Graziela May Pereira

O Dia do Maçom foi comemorado dia 30 com um ato solene na Assembleia Legislativa. O Auditório Deputada Antonieta de Barros ficou lotado de maçons, familiares e amigos. A homenagem foi requerida pelo presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), autor da Lei nº 13.461/05, que instituiu o dia 20 de agosto como o Dia do Maçom.

De acordo com a lei, o dia 20 de agosto, que também foi determinado nacionalmente como Dia do Maçom, foi escolhido em homenagem à data em que a independência do Brasil fora "proclamada" por Gonçalves Ledo, em reunião da Loja Maçônica Arte e Comércio, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1822. "A Maçonaria tem feito grandes serviços em prol da sociedade catarinense desde a independência do país. Ela ajuda, encaminha e precisa alardear seus feitos", disse o presidente.

Jorginho Mello destacou que, nos dias de hoje, a Maçonaria ainda é confundida com uma religião e que grande parte dos brasileiros conhece pouco sobre o que a instituição realmente é. "A Maçonaria não é uma religião, mas exige a crença no Deus superior. Não é entidade beneficente, mas pratica a caridade sem alarde. A Maçonaria tem o objetivo de contribuir e vai continuar a lutar pelo bem do país", completou.

No evento, foram entregues três obras confeccionadas pelo Centro de Memória, coordenado por Thessália May Rodrigues, que reuniu todos os documentos sobre

a Maçonaria no estado que estavam no acervo da Assembleia Legislativa. Os livros foram entregues aos três Grãos-Mestres maçônicos de Santa Catarina.

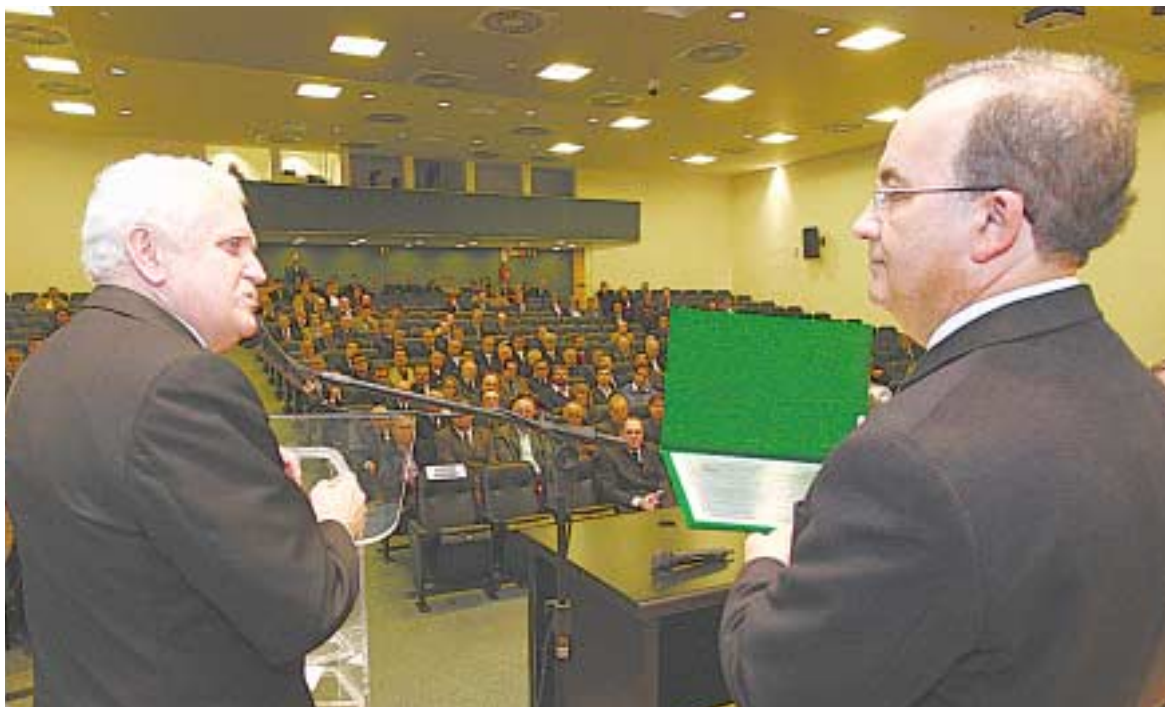
Reconhecimento

Primeiro a receber a homenagem, o Grão-Mestre do Grande Oriente Brasil, Ib Silva, afirmou que o ato é o reconhecimento pelos serviços prestados pela Maçonaria. "Este reconhecimento é fundamental para que possamos continuar a trabalhar cada vez mais em prol da sociedade catarinense, em prol do Brasil. Eu sempre tive um sonho: gostaria que todos no mundo fossem maçons, para que seguissem nossos ensinamentos de ética, respeito e lealdade ao ser humano", disse.

O Grão-Mestre da Grande Loja de Santa Catarina, José Domingos Rodrigues, também agradeceu a homenagem. "Estou muito feliz e desejo que todos nessa Casa possam seguir o nosso exemplo de cidadania. Que todos que estão aqui presentes sejam sempre pessoas honestas e lutadoras, como estão sendo até agora."

O último a ser homenageado foi o Grão-Mestre do Grande Oriente Santa Catarina, Rubens Ricardo Franz. "Essa noite me fez lembrar nossas origens. Fizemos parte de muitas lutas, entre elas pela liberdade de expressão e de imprensa. E vamos lutar sempre por esses ideais. A democracia é importante para todos nós. Temos que exercer nossos direitos", falou.

A homenagem também con-



Grão-mestre do Grande Oriente Brasil, Ib Silva, agradece iniciativa do Parlamento

tou com o apoio da Associação Catarinense de Imprensa (ACI), cujo presidente, Ademir Arnon, afirmou que a imprensa e a Maçonaria sempre andaram juntas e que as suas histórias se confundem. "Foram os maçons que doaram o prelo para que o primeiro jornal fosse rodado no estado. A imprensa catarinense deve seu início à Maçonaria. Ela nos ensinou a ética", disse.

Após o ato solene, a Assembleia organizou uma palestra com o promotor de Justiça, Ricardo Paladino, sobre ética e democracia. Segundo ele, é preciso fazer mais pelo país. "Acredito, sim, que possa haver mudanças para parâmetros melhores na nossa política nacional. E tem que partir de todos nós."

Livro traz história da Associação Catarinense de Imprensa

No final do ato solene, o jornalista Cyro Barreto lançou o livro "A história da Associação Catarinense de Imprensa". Editada pela Insular, e contendo aproximadamente 400 páginas, a obra traz em seu bojo a memória fotográfica mostrando imagens dos mais influentes formadores de opinião e dos flagrantes de acontecimentos que constituem grande parte da comunicação social em Santa Catarina, sua democratização, conquistas e lutas na defesa do direito de expressão.

Ao mesmo tempo, mostra as diversas etapas de uma entidade construída em nome de sua autopreservação e do direito à liberdade de expressão. "É um levantamento da memória, das conquistas e da luta democrática pela liberdade de informação. É uma obra que mostra a todos a grande evolução dessa grande Associação", disse.

O livro será distribuído gratuitamente às bibliotecas públicas, às coordenadorias dos cursos universitários e aos órgãos de comunicação de Santa Catarina.

Jorginho Mello anuncia a construção do Anexo Sul

Solon Soares



Em entrevista coletiva, Jorginho Mello apresenta projeto da obra

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), anunciou, dia 1º, a publicação do edital para a construção do Anexo Sul do Palácio Barriga Verde. Segundo o presidente, a obra, de 11 mil m² e custo de R\$ 24 milhões, dará continuidade ao Plano Diretor da Casa iniciado há seis anos, que define o conjunto arquitetônico da sede do Poder Legislativo.

Arquitetos e engenheiros que elaboraram o projeto informaram que a obra terá quatro pavimentos e abrigará os 40 gabinetes parlamentares padronizados, oferecendo melhor estrutura física aos deputados e servidores. Também serão construídas duas salas de reuniões e um restaurante e haverá manuten-

ção e reestruturação das vagas de estacionamento no térreo. O projeto, considerado moderno, vai contemplar o reuso de águas pluviais e outras tecnologias que visam à redução de custos. Nos quatro andares serão instalados recepção e sanitários, permitindo acesso seguro a idosos e pessoas com deficiência física. O novo edifício será integrado ao atual espaço, mantendo-se o conceito original do projeto, com acesso e circulações setorizadas. Foram valorizados no projeto conceitos como conforto ambiental, sustentabilidade e acessibilidade.

A área onde atualmente se encontram os gabinetes será redimensionada para desafogar setores administrativos da Casa que hoje enfrentam problemas

de falta de espaço, além de abrigar órgãos e setores que estão fora da sede e que, por isso, custam aos cofres da Assembleia, mensalmente, R\$ 23 mil em aluguéis. Como exemplos estão o Almoarifado e a Escola do Legislativo.

"Estou muito feliz em anunciar essa obra, que além de acabar com as despesas de aluguel, dará melhores condições de trabalho aos deputados", afirmou Jorginho Mello. Esclareceu que a obra vai estruturar de forma definitiva os setores administrativo e parlamentar, evitando que a cada legislatura os gabinetes sejam reformados. Os recursos, segundo ele, já estão assegurados, e a empresa vencedora terá 18 meses para executar a obra.

GERAL

Audiência pública debate impacto de indústria de fosfato em Anitápolis



Promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, reunião esclarece dúvidas sobre consequências da obra

Centenas de pessoas compareceram à audiência pública realizada dia 25, em Braço do Norte, para discutir os impactos ambientais da Indústria de Fosfatos Catarinense (IFC), que será instalada na cidade de Anitápolis. O encontro, realizado pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, teve como propósito tirar dúvidas e prestar esclarecimentos sobre as consequências que a obra pode acarretar para região.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Décio Góes (PT), só com um debate amplo e a participação de todas as partes envolvidas será possível chegar a um denominador comum. "Queremos, a partir deste encontro, contribuir com a população da região para que nenhum erro seja cometido", frisou.

O debate sobre a exploração da mina de fosfato e a criação de uma fábrica de fertilizantes em Anitápolis já foi abordado em outras audiências devido à preocupação

dos moradores locais. Porém, Décio Góes argumentou que quanto mais a sociedade, a imprensa e os órgãos ambientais tiverem conhecimento do que realmente irá acontecer com a instalação, ou não, desta empresa, se correrá menos riscos. "Uma informação esquecida pode gerar um impacto irreversível no meio ambiente e na vida das pessoas", exemplificou o parlamentar.

Transparência

O deputado Joares Ponticelli (PP), que participou da reunião, manifestou posição contrária à instalação da indústria, uma vez que o atual projeto não apresenta transparência nos seus princípios. "Estamos muito preocupados com a situação e até o momento não estamos tendo respostas para tantas dúvidas. Já temos muita degradação no meio ambiente e com essa indústria podemos correr sérios riscos", afirmou. Na visão do deputado Círio Vandre-

sen (PT), a opinião da população é extremamente importante neste processo. "Temos muitos afluentes nessa região, onde se concentra um número expressivo de rios. Não podemos, com a criação de uma atividade econômica, prejudicar outra, como a agricultura. Fora o prejuízo para o meio ambiente", ressaltou.

A implantação da empresa deve gerar 1,2 mil postos de trabalho, mas com grandes riscos de danos ambientais. A reserva de fosfato de Anitápolis desperta o interesse de empresas de fertilizantes desde 1976. Além dos empregos temporários, a indústria deve gerar 423 postos de trabalho diretos após a instalação e R\$ 2,5 milhões em impostos deverão ser arrecadados pela prefeitura do município. Porém, para ser implantada a indústria uma barragem será construída no Rio Pinheiros e 247 hectares de Mata Atlântica terão que ser suprimidos.

desenvolver o setor", mencionou.

Licença de Operação (LO). "Estamos avaliando e analisando todos os passos para assegurar à região um projeto com total responsabilidade social", informou.

Entre as manifestações, o prefeito de Anitápolis, Saulo Weiss (PMDB), ressaltou que o município será beneficiado com o empreendimento, através das oportunidades de trabalho, movimentando o comércio e trazendo retorno financeiro para prefeitura.

"Cerca de 65% dos impostos pagos ao Departamento Nacional de Produção Mineral serão repassados ao município. Este dinheiro beneficiará nosso agronegócio, pois será empregado na infraestrutura para

Deputados apreensivos com estragos das chuvas em SC

Parlamentares repercutem tragédia, que atingiu 100 mil pessoas no estado e trouxe prejuízos a 86 municípios, e cobram recursos para reconstrução das regiões afetadas

Rodrigo Viegas

A situação dos municípios atingidos pelos temporais dos últimos dias, bem como pelos tornados que passaram por diversas cidades catarinenses, repercutiu durante a semana em Plenário na Assembleia Legislativa. Parlamentares de diversos partidos ocuparam a tribuna para lamentar os frequentes desastres naturais em Santa Catarina e registrar as ações de prevenção e reconstrução para atenuar as perdas nas regiões mais afetadas.

Dados da Defesa Civil de Santa Catarina apontam, até o 1º, 100 mil pessoas atingidas, 2.286 desabrigados, 9.018 desalojados, 17 feridos, um morto e 10.303 imóveis danificados. Em Campo Belo do Sul, no Planalto Serrano, Clóvis Roberto Belin, 30 anos, morreu depois de ser arrastado pela correnteza quando atravessava de carro uma ponte alagada.

Um total de 86 municípios sofreram prejuízos com alagamentos,

enxurradas, granizo e vendaval nas regiões Oeste, Meio Oeste, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul do estado. Desses, um total de 50 municípios decretaram situação de emergência. A Defesa Civil está distribuindo mantimentos, telhas e lonas aos municípios atingidos.

Barragens

Deputado que representa o Blumenau e a região do Vale do Itajaí, Ismael dos Santos (DEM) destacou o papel fundamental das barragens de José Boiteux, Taió e Ituporanga, que protegem o Vale do Itajaí das cheias. "O nível do rio Itajaí Açu chegou a 8,06 metros em seu momento mais crítico, suficiente para alagar algumas ruas de Blumenau. Se não fosse o funcionamento eficiente das barragens, o nível poderia ter atingido um metro a mais, o que provocaria problemas ainda mais graves", afirmou o parlamentar.

O deputado Jean Kuhlmann



Com histórico de tragédias naturais, Santa Catarina registra situações de calamidade pública em diversas cidades

(DEM), que preside o Fórum Permanente de Prevenção e Contenção de Desastres Naturais, também elogiou o funcionamento das barragens e o sistema de prevenção às enchentes do

Vale do Itajaí.

Em contrapartida, o parlamentar argumentou que a sociedade está pagando o preço de anos de agressão ao meio ambiente e não se pode ignorar que eventos deste

porte continuarão a ocorrer. "Precisamos agora trabalhar de forma preventiva, de modo a diminuir o impacto para aqueles que mais sofrem neste momento, a população mais carente", afirmou.

Parlamentares defendem ações concretas para prevenção

Ao lamentar a repetição de tragédias em Santa Catarina, a deputada Ana Paula Lima (PT) acredita que a realidade em torno das catástrofes naturais necessita de ações firmes e concretas em defesa do meio ambiente e na prevenção e socorro de vítimas. Para a deputada, "o governo do Estado precisa estruturar com urgência, em parceria com os municípios, uma rede da Defesa Civil estadual, com profissionais habilitados, que permita um atendimento imediato às vítimas".

Ana Paula não poupou crítica ao Legislativo. Lembrou que a Assembleia aprovou este ano o Código Ambiental de Santa Catarina, que, segundo ela, "abre espaço para o continuísmo e permissividade para agressões ao meio ambiente, uma das principais razões para as tragédias climáticas que abatem o estado".

Ela ainda disse que o governo federal tem socorrido o estado e informou que os R\$ 26 milhões prometidos referentes às chuvas

do início do mês em Santa Catarina já estão na conta do Fundo Estadual da Defesa Civil. Além desta verba, a Secretaria Nacional de Defesa Civil voltou a empenhar os R\$ 35 milhões destinados a obras de prevenção a desastres. Os recursos provenientes de fundos também abordados na sessão. A bancada progressista sugeriu alternativas. O deputado Silvío Dreveck, questionou o porquê do governo estadual não destinar recursos do Fundo Social para atender os atingidos. "A utilização do Fundo Social não precisa de autorização do Parlamento, nem de previsão orçamentária, o que faz dele ferramenta propícia para o atendimento emergencial", disse o líder do PP na Casa.

O colega, deputado Kennedy Nunes, salientou que "não existe uma peça jurídica ou orçamentária que esteja, obrigatoriamente, direcionada a ações nesta direção" e, por sua vez, sugeriu a criação de um fundo destinado de forma

exclusiva a estes fins, além da "profissionalização da Defesa Civil". A ideia da criação de mais um fundo foi de imediato criticada pela deputada Ana Paula. "O que deveria acontecer é um repasse do Fundo Social para o Fundo da Defesa Civil, garantindo a utilização de recursos públicos estaduais vinculados ao Fundo Social", anotou a petista.

O deputado Professor Sérgio Grandó (PPS) defendeu a criação da Secretaria de Estado da Defesa Civil. "Esta secretaria, assim como a Secretaria de Estado de Turismo tem acesso ao Funturismo, poderia ter um fundo específico para a prevenção a desastres", assinalou o ex-presidente da Fatma.

Procurando soluções em outra direção, o deputado Serafim Venzon (PSDB) elogiou decreto do Ibama que permite a utilização, por parte dos municípios atingidos, das árvores arrancadas pelos vendavais e tornados. Ele pediu apoio a uma moção para aumentar a ajuda.

Líderes partidários recomendam medidas

Os líderes das bancadas com assento na Casa demonstram preocupação com o impacto das tragédias. Ações preventivas para proteção de pessoas submetidas a situações de risco, por conta da localização de suas moradias, são consideradas prioritárias para o líder do governo na Assembleia Legislativa, Elizeu Mattos (PMDB).

Para o líder do PMDB, Antônio Aguiar, o governo vem socorrendo as populações com eficiência e eficácia, inclusive com a utilização de recursos do Fundo Social, sem discriminar nenhum município.

O líder do PP, Silvío Dreveck, lamentou os prejuízos econômicos e sociais. "O governo federal deverá firmar convênios diretamente com os municípios para diminuir burocracia e ganhar tempo", defendeu.

O deputado Cesar Souza Júnior, líder do DEM, lembrou que sua bancada propôs a criação do Instituto Climático

de Santa Catarina, que se denominará, Climesc, para que o Estado possa estruturar melhor seu sistema de monitoramento climático. Para o líder do PPS, deputado Professor Sérgio Grandó (PPS), é necessário criar uma Secretaria da Defesa Civil.

O deputado Décio Góes, líder do PT, afirmou que a situação é agravada pelo "fruto de políticas e ações regionais e locais de gestão territorial que precisam ser modificadas urgentemente."

O líder do PDT, Sargento Amauri Soares, por sua vez, sugeriu que a sociedade reflita sobre o que está fazendo com a natureza. "As tragédias estão relacionadas com essa transformação." Para fazer frente aos prejuízos, o líder do PSDB, deputado Serafim Venzon, defendeu a liberação total do FGTS para os moradores dos municípios em situação de emergência.



Presidente Jorginho Mello entrega placa ao presidente estadual da Abrajat

Sessão destaca a Abrajat

A Frente Parlamentar de Apoio ao Trabalho da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajat) e a passagem dos 25 anos de fundação da entidade foram comemorados, dia 29, em sessão especial, proposta pela Mesa da Assembleia Legislativa. Doze personalidades ligadas à área foram homenageadas com placa comemorativa, pelo presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), num reconhecimento do Parlamento aos profissionais que fortalecem e incentivam o turismo em Santa Catarina.

Em nome dos homenageados, o presidente nacional da Abrajat, Carlos Magnavitta, destacou a importância de se lembrar de pessoas como Mauro Pires, já falecido, primeiro presidente da entidade, fundada em 1983. Pires, comentou o homenageado, desenvolveu um trabalho que se sobressaiu, realizado através de ações em prol do turismo que trouxeram credibilidade nacional.

Magnavitta disse ainda que, por "estar na Casa do Povo", era um momento passível de reflexão sobre o papel da imprensa especializada, bem como a missão que a entidade presidida por ele se propõe. Por fim, destacou Santa Catarina como um caso de sucesso no turismo. "Porque aqui existe vontade política", resumiu.

Na mesma linha, o secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel, destacou o grande apoio que tem recebido dos veículos de comunicação que divulgam o turismo, enfatizando que a Abrajat tem se mostrado uma grande parceira, assim como o trade turístico. Knaesel lembrou que duas das maiores iniciativas governamentais nesta área foram criadas por intermédio de leis aprovadas pela Assembleia Legislativa: o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) e o Funturismo.

O atual presidente da Abrajat no estado, Valmir Grein, recordou a trajetória da entidade, que surgiu no Rio de Janeiro, tendo comemorado seu cinquentenário no ano passado e, posteriormente, a criação das seccionais em cada estado. Também fez referência de saudosismo a Mauro Pires e fez uma reflexão sobre o papel do jornalista de turismo. "Às vezes é preciso ser duro e mostrar os defeitos, advertir sobre a necessidade de melhorar a infraestrutura, a segurança e a preservação ambiental. Não é somente mostrar coisas boas."

O deputado federal Edinho Bez (PMDB-SC), membro da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, defendeu a importância em bem receber o turista pela força que a atividade tem no estado.

Os homenageados

- Governador Luiz Henrique da Silveira, representado pelo secretário de Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel;
- **Vice-governador Leonel Arcângelo Pavan, representado pelo presidente da Santur, Valdir Walendowsky;**
- Presidente da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, João Luiz dos Santos Moreira;
- **Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel;**
- Presidente da Santur, Valdir

- Walendowsky;
- **Presidente nacional da Abrajat, Cláudio Magnavitta;**
- Presidente estadual da Abrajat, Valmir Grein;
- **Presidente do Conselho Deliberativo Abrajat/SC, Moacir Benvenuto;**
- Ex-presidentes da Abrajat-SC, Zeni do Amaral Rates, Alberto Gonçalves de Souza e Manoel Timóteo de Oliveira;
- **Primeiro presidente da Abrajat, Mauro Pires (in memoriam), representado por seu filho Guilherme Pires.**

Seminário divulga Síndrome do X Frágil

Através de palestras e depoimentos, público conhece reflexos da mutação genética no dia a dia dos portadores

O 3º Encontro Catarinense da Síndrome do X Frágil, realizado dia 28, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, teve o objetivo de divulgar a síndrome para que a sociedade tenha consciência da sua existência e possa reagir positivamente diante da doença. Os participantes tiveram a oportunidade de conhecer a mutação genética através de palestras e depoimentos.

Segundo o presidente da Associação Catarinense da Síndrome do X Frágil, Valdir Halbert, a doença não tem cura, mas é possível minimizar seus efeitos através de tratamentos medicamentosos e atividades multidisciplinares. O dirigente é pai de um menino de 6 anos portador da síndrome. "Quando bebê ele chorava 20 horas por dia. Passamos por aproximadamente 20 médicos e só quando ele tinha um ano e sete meses foi feito um exame genético que diagnosticou a doença. No primeiro momento, foi um choque. Foi difícil aceitar que o meu filho tinha alguma anormalidade. Começamos o tratamento e hoje ele está num colégio regular, se adaptando e levando a vida. Apesar da deficiência, ele é uma criança normal e carinhosa", disse Valdir.

Experiências

Um dos destaques da programação foi a troca de experiência entre algumas escolas que lidam com a inclusão dos portadores da síndrome nas instituições. Quatro escolas da Grande Florianópolis - apenas uma pública - apresentaram o trabalho que realizam.

Representando o Centro Educacional Menino Jesus, a

pedagoga Eliane Araújo afirmou que nunca se falou tanto em diferenças como agora e que a escola ganhou muito com a inclusão do aluno. "A realidade de hoje é diferente. A educação tem que ser diferente também porque não há mais um padrão."

Em relação à síndrome, já que na escola também existem alunos com outros problemas, Eliane destacou que são crianças sociáveis e doces e que mostram habilidades no aprendizado com a utilização do computador. Eliane citou que a rotina e os bons exemplos são fundamentais, porque crianças com X Frágil costumam imitar comportamentos.

A pedagoga Tânia Mara, da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira, de Palhoça, contou que a escola atendeu dois jovens com a síndrome. Os dois entraram no primeiro ano do ensino médio e já se formaram. A menina está cursando Enfermagem, no ensino superior, e o rapaz trabalha numa grande empresa da região.

Em nome do Colégio Ilhéu, a professora Simone Carminatti de Almeida apresentou os métodos de ensino da escola. Na matemática, procurou-se dar maior ênfase nas quatro operações básicas. Em português, trabalha-se a leitura e a interpretação de textos simples.

A diretora pedagógica do Colégio Energia, Lorena Nolasco, falou sobre um aluno que entrou com cinco anos na escola. Atualmente, trabalha como inspetor de alunos na instituição. "Ele não aprendeu a ler e nem a escrever, mas reconhece cada nome de professor por símbolo. É dedicado, carinhoso e prestativo."

Inclusão escolar é fundamental

Três profissionais das áreas de psicopedagogia, psicologia e fonoaudiologia abordaram o tema "Inclusão escolar do portador da síndrome". A intenção, de acordo com as palestrantes, é contribuir no processo de inclusão levando aos pais e educadores informações sobre a doença.

Segundo a psicopedagoga Lizete Linhares, o aprendizado de crianças portadoras de X Frágil se dá melhor a partir da inclusão, tanto familiar quanto escolar. "Pesquisas revelam que a inclusão é a melhor maneira para se compreender a síndrome. Quando existe um tratamento diferenciado, a criança se

sente insegura e aumenta o nível de dificuldade para aprender", revelou.

Ainda em sua explanação, Lizete ressaltou que existem dois pontos fundamentais que devem ser utilizados para aplicação do aprendizado na escola. São eles adaptação curricular e suporte pedagógico. "Independente de deficiências sensoriais, mentais, cognitivas ou transtornos severos de comportamento, as crianças portadoras da síndrome só vão conseguir desenvolver sua inteligência a partir da inclusão e, principalmente, da aceitação dos pais e da sociedade."



Especialistas e pais participam de debate para disseminar a consciência sobre a doença e suas implicações

A palavra das mães

Uma mesa-redonda abordou o tema "A família e a Síndrome do X Frágil" e abriu espaço para mães e pais de portadores darem seu relato. Muito emocionadas, as mães apontaram a paciência e dedicação dos professores e dos colegas de aula como melhor remédio.

A história de Ana emocionou a plateia. Mãe de dois meninos com necessidades especiais, o mais velho portador de síndrome de Down, síndrome do X Frágil e autismo, e o mais novo portador da síndrome do X Frágil, descobriu que tem uma alteração genética parecida com o X Frágil. Ela falou

como foi o impacto do diagnóstico do seu filho mais novo e a aceitação pela família. "Fiquei confusa e traída pela medicina. O diagnóstico me trouxe à realidade. Meus familiares foram acolhedores, mas por trás disso havia um estigma de falta de capacidade. Lidamos com muita rejeição", contou.

Sintomas e tratamentos

Retardo mental, dificuldade motora e timidez exagerada acometem os portadores da Síndrome do X Frágil, responsável por um grande número de doenças associadas à deficiência intelectual e ao distúrbio do aprendizado. De difícil diagnóstico, bastante incidente, porém pouco conhecida, a síndrome está presente em um a cada 2 mil meninos, em uma a cada 4 mil meninas nascidos vivos. Uma em cada 280 mulheres é portadora da mutação genética, mas não apresenta nenhum dos sintomas.

Aspectos das possibilidades de tratamentos foram abordados pela psicóloga Maria Luiza Vieira, pela psicopedagoga Mirelle Jendiroba e pela fonoaudióloga Simone Marchett.

A psicologia tem como proposta o desenvolvimento das habilidades sociais, através de tratamentos como a psicoterapia individual ou bi-pessoal, na qual se adapta ao nível de desenvolvimento de cada paciente. O objetivo é proporcionar autoconhecimento e aceitação, identidade e autonomia, além do próprio desenvolvimento.

Outra abordagem é através de grupo, acrescida do compartilhamento das dificuldades e conquistas e melhora na autoestima, oportunizando que os comportamentos indesejáveis sejam reduzidos e substituídos por comportamentos mais adaptativos. O objetivo principal da técnica é reduzir a agressividade e favorecer o controle dos impulsos.

Também importante, alerta a psicóloga Maria Luiza Vieira, é a orientação familiar, auxiliando pais e irmãos a lidarem melhor com seus sentimentos, visando facilitar a solução de conflitos. Nesta etapa, são passadas orientações com relação ao desenvolvimento das singularidades por meio da abordagem multidisciplinar.

Já na psicopedagogia, um dos resultados mais positivos no aprendizado advém das abordagens visuais, como a utilização da informática. Para se chegar a um avanço, é necessário respeitar a necessidade de atendimento de cada portador. Também é importante utilizar a informação para esclarecer mudança na rotina do paciente, de maneira a deixá-lo menos ansioso e mais calmo.

Saiba mais

A Lei nº 14.786, de 21 de julho de 2009, estabelece o Dia 22 de setembro como o Dia Estadual de Conscientização sobre a Síndrome do X Frágil, e de 22 a 28 de setembro, a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X Frágil. Um projeto de lei do deputado Edison Andrino (PMDB) e aprovado pelo Legislativo, deu origem à lei estadual que faz de Santa Catarina o primeiro estado a ter uma legislação própria.

"Eu nunca tinha escutado essa palavra e não conhecia essa doença, mas logo vi a importância de termos uma legislação estadual para divulgar e esclarecer a sociedade sobre essa síndrome silenciosa e pouco conhecida", afirmou. Andrino acrescentou que é papel do parlamentar estar sintonizado com as necessidades da população e propor soluções na busca de uma melhor qualidade de vida.

GERAL

Fumo proibido em lugares fechados

Eduardo Guedes de Oliveira



De autoria do deputado Antônio Aguiar, matéria exclui locais ao ar livre

A Assembleia Legislativa aprovou em primeiro e segundo turnos e redação final, dia 30, o Projeto de Lei (PL) que proíbe o fumo e seus derivados em recintos coletivos fechados, sejam de caráter público ou privado. A proposição é de autoria do deputado Antônio Aguiar (PMDB) e tem substitutivo global, que ampliou a dimensão da proposta, do deputado Cesar Souza Júnior (DEM).

O projeto estabelece a proibição do uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado. Inclui-se nesses lugares halls, antecâmaras, escadas, rampas e corredores de hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos, odontológicos e laboratórios, cinemas, auditórios, teatros, salas de aula e assemelhados, restaurantes e repartições públicas, elevadores e veículos de transporte coletivo municipal, interurbanos e táxis.

A matéria trata, ainda, da obrigatoriedade da afixação de avisos em locais de ampla visibilidade, indicando a proibição e as

sanções aplicáveis, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos recintos onde for comum a presença de estrangeiros ou analfabetos.

Ficam excluídos da proibição os locais abertos ou ao ar livre, varandas, terraços e recintos fechados destinados ao fumo, desde que devidamente isolados e com arejamento conveniente. O projeto institui o dia 29 de agosto como o Dia Estadual de Combate ao Fumo.

O projeto teve apensados outros dois projetos de semelhante teor. O de nº 271/2008, apresentado pelo deputado Jean Kuhlmann (DEM), e o PL nº 273/2008, do deputado Giancarlo Tomelin (PSDB). Todas as propostas visam restringir o fumo em locais como hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos/odontológicos, laboratórios, cinemas, teatros, auditórios, restaurantes, repartições públicas e veículos de transporte coletivo.

Mais segurança para os consumidores

Para fazer o controle social da saúde e da segurança dos consumidores dos produtos e serviços colocados no mercado, fica instituído o Cadastro Estadual de Acidentes de Consumo.

A iniciativa é do deputado Gelson Merísio (DEM), autor do Projeto de Lei nº 356/08, aprovado dia 29, em Plenário, com emenda substitutiva global do deputado Joares Ponticelli (PP). No cadastro serão notificadas as informações sobre acidentes de consumo, sem prejuízo do registro e da alimentação de sistemas próprios dos órgãos setoriais.

A matéria estabelece que o Executivo regulamentará a lei no prazo de 90 dias, a contar de sua publicação, para que hospitais e prontos-socorros das redes

pública e privada encaminhem, trimestralmente, ao cadastro, o registro especificado dos acidentes decorrentes de acidentes de consumo, assim como aos órgãos públicos competentes e representantes de consumidores e das categorias dos fornecedores de bens e serviços para subsidiá-los na atuação preventiva e dirigida à educação dos consumidores e na adequação de produtos e serviços.

Os órgãos públicos poderão expedir notificações aos fornecedores para que prestem informações sobre questões relativas à periculosidade e nocividade dos produtos ou dos serviços oferecidos.

Merísio argumenta que, apesar da importância que a legisla-

ção brasileira destina à saúde e à segurança, não há instrumentos de controle social dos acidentes ocorridos por defeitos nos produtos e má realização dos serviços.

“Os relatos das entidades médicas indicam um expressivo número de acidentes de consumo por inadequações, defeitos e falha de informação nos produtos e nos serviços, na maior parte das vezes recaindo sobre as crianças, suas maiores vítimas.

O atendimento dessas ocorrências gera para a rede pública custos significativos que poderiam ser minimizados caso houvesse políticas públicas de caráter preventivo para evitar esses acidentes”, informou o parlamentar.

Aprovado Conselho Estadual da Juventude

O Projeto de Lei nº 134/08, do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), aprovado dia 29, autoriza a criação do Conselho Estadual da Juventude. A matéria, agora na forma autorizativa, retorna sua tramitação após receber por três vezes o veto total do governador. Entre outros setores, o parlamentar destaca a necessidade de se discutir problemas relativos à juventude no que diz respeito à educação, cultura, saúde, traba-

lho, esportes, violência e drogas.

Além da constituição do Fórum Permanente de Políticas Públicas para a Juventude, aprovado na Casa em fevereiro de 2008, Padre Pedro aponta como estímulo para a criação do Conselho a realização de diversas audiências públicas promovidas pelo Executivo, em conjunto com organizações e movimentos juvenis, em todo o Estado, para discutir o Plano Estadual de Juventude.

“Portanto, a premissa da proposição é a oportunidade que o Poder Executivo tem para garantir a ampliação do direito da juventude no exercício da pesquisa, no debate e na articulação das ações governamentais a partir de propostas e avaliações de políticas públicas promotoras do bem-estar, da cidadania, da cultura, da criatividade e da equidade de oportunidades juvenis”, declarou o parlamentar.

Plenário admite MP que fecha cerco ao combustível adulterado

Os deputados aprovaram, na sessão ordinária do dia 30, a admissibilidade da Medida Provisória que trata da fiscalização e coibição da comercialização irregular de combustíveis. A matéria, agora, retorna para apreciação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A MP nº 158/2009, encaminhada pelo Poder Executivo, define que a autoridade fazendária que, no exercício de suas atribuições, tomar conhecimento de comercialização de combustível adulterado e em desconformidade com as especificações determinadas pelo órgão regulador competente, deverá tomar uma série de providências.

Entre as medidas previstas, a autoridade deve comunicar o fato à Agência Nacional de Petróleo, Gás Na-

tural e Biocombustíveis (ANP), informar o órgão estadual encarregado do Programa de Defesa do Consumidor, para tomar as providências administrativas, e dar conhecimento ao Ministério Público e à Procuradoria Geral do Estado, para que sejam propostas as medidas judiciais cabíveis.

A medida provisória também estipula que a Secretaria de Estado da Fazenda fica autorizada a celebrar convênio com a ANP e com os órgãos de defesa do consumidor para treinamento e credenciamento de Auditores Fiscais da Receita Estadual.

Os órgãos administrativos deverão aplicar aos infratores as sanções administrativas previstas, inclusive imposição de multas, apreensão do combustível adulterado e interdição, parcial ou temporária, do estabelecimento.

São Lucas quer profissionalização

A diretora do Centro Educacional São Lucas, em São José, na Grande Florianópolis, Margarete Sandrini, participou, dia 29, de uma reunião conjunta entre as comissões de Educação e de Segurança Pública, a convite do deputado Lício Mauro da Silveira (PP). No encontro, foram apresentadas as reivindicações dos internos e dos servidores do centro, além de alternativas de solução.

Eles pedem a criação de cursos profissionalizantes para os internos, de um Centro de Internação Psiquiátrica para Adolescentes, manutenção, conservação e limpeza da parte externa do centro, a contratação de um advogado e a aquisição de vestuário, roupa de cama e banho, entre outros.

O centro abriga, atualmente, 86 adolescentes, a maioria com idade entre 15 e 17 anos, por envolvimento com drogas, distribuídos em 15 quartos em funcionamento com condições de uso.

Os internos são agrupados conforme perfil, segundo relato de Margarete, que foi até o Parlamento catarinense acompanhada por dois internos. Os jovens enfatizaram os pedidos e contaram um pouco da situação em que vivem e como é o dia a dia na instituição.

De acordo com a diretora, o tempo dos adolescentes é ocioso. Apenas três horas e meia diárias são destinadas às aulas pragmáticas. Mesmo com salas

que poderiam ser transformadas em laboratórios, os jovens não têm nenhum curso técnico, nem mesmo de informática.

O dia é dividido entre sala de aula, limpeza do centro, televisão e futebol. “A ociosidade não contribui com a ressocialização. Devem sair daqui com a perspectiva de um mundo diferente, e não prontos para serem adotados pelo tráfico”, refletiu.

Mudança

Para Lício, o centro educacional deveria ser vinculado à Secretaria de Estado da Educação, ou, caso não seja possível, à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, mas não à Secretaria de Segurança Pública, modelo adotado por Santa Catarina. Para ele, “esta vinculação é repressiva, com caráter punitivo ao invés de ser ressocializador”.

O parlamentar entrou em contato com representantes do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), instituição voltada para a inclusão de estagiários no mercado de trabalho, entretanto, os internos não recebem autorização judicial para estágios fora do centro. Lício também procurou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em busca do ensino profissionalizante. “O Senai não olha para o lado social. Ainda vou voltar lá para discutir”, declarou.

ESPECIAL

Efapi 2009 é lançada na Assembleia

Exposição-feira da Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó será realizada de 9 a 18 de outubro

Rose Mary Paz Padilha

Autoridades, empresários, patrocinadores e lideranças prestigiaram, dia 29, no hall da Assembleia Legislativa, o lançamento oficial do maior evento multissetorial do Sul do país: a Exposição-feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (Efapi 2009), de 9 a 18 de outubro, no Parque de Exposições Tancredo Neves. Na ocasião, foram exibidos vídeos institucionais sobre as potencialidades de Chapecó e sobre a história da expo-feira, promovida pela prefeitura e entidades empresariais.

A campanha publicitária desta 17ª edição mostra o evento como uma "feira gigante", que deverá atrair um público estimado em 500 mil pessoas. Produtos e serviços nas áreas de agropecuária, indústria, comércio, gastronomia, animais, veículos, máquinas, equipamentos, informática, móveis e eletrodomésticos serão apresentados ao público através de 650 expositores. Na área do entretenimento, 20 shows musicais estão programados, sendo 10 mega-shows nacionais, além de rodeio e outras atividades artísticas e culturais.

O presidente da Assembleia

Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), falou da honra do Parlamento em lançar essa grande festa, que mostra as potencialidades do município. "Chapecó é uma cidade que exalta Santa Catarina pela sua grandeza e pela sua gente, que são orgulho para o nosso estado e para o Brasil", destacou.

O 1º vice-presidente da Assembleia, deputado Gelson Merísio (DEM), afirmou que a Efapi é uma feira de resultados garantidos. "Chapecó mostra não só para Santa Catarina e para o país, mas para o mundo o que o Oeste produz, já que a região responde por 50% da carne produzida no Brasil, exportada para vários países, além de outros setores que estarão expostos na feira."

A primeira edição da Efapi, em 1967, foi lembrada pelo presidente da Comissão Central Organizadora e vice-prefeito de Chapecó, José Cláudio Caramori (DEM). A ideia, segundo ele, surgiu da iniciativa da Sociedade Amigos de Chapecó (SAC) e, desde então, a feira, que ocorre a cada dois anos, não para de crescer. "Esta será a maior de todas as edições, com volume de negócios estimado em R\$ 110 milhões. Esperamos os visitantes de braços e corações abertos."



Presidente Jorginho Mello, vice-presidente Gelson Merísio, deputados e autoridades acompanham solenidade

Prefeito destaca infraestrutura para festa

Para o prefeito de Chapecó, João Rodrigues (DEM), a feira é uma oportunidade de mostrar para o Brasil o que Chapecó tem de melhor. "A cada ano a Efapi concretiza seu caráter de uma feira que oferece oportunidades gigantescas a quem acredita em seu potencial."

Ele informou que o município está muito bem estruturado para receber os visitantes, com restaurantes e hotéis adequa-

dos, com acesso também através do transporte aéreo.

O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que não pôde comparecer à solenidade de lançamento, foi representado pelo secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron. Ao dizer que a Efapi mostra a capacidade e o grau de desenvolvimento do setor produtivo de Santa Catarina, representado pela região Oeste, Ceron reiterou o compromisso

do governo do Estado de continuar sendo parceiro do evento, para estruturar cada vez mais o parque de exposições onde a expo-feira é realizada.

Irmãos e parceiros na música, desde 1994, a dupla Beto e Júlio, que vai se apresentar na Efapi 2009, brindou o público presente à Assembleia Legislativa com uma apresentação, seguida de coquetel, encerrando a solenidade de lançamento do evento.

Ato destaca luta contra drogas

A Assembleia Legislativa, por intermédio do deputado Jean Kuhlmann (DEM), realizou, dia 30, ato solene para homenagear entidades comprometidas na luta contra as drogas. Presidido pelo presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), o evento reuniu parlamentares que homenagearam suas entidades indicadas.

Na oportunidade, Jorginho entregou ao Grupo RBS uma Moção

de Aplauso em nome do Poder Legislativo, parabenizando pela "Campanha Crack, Nem Pensar".

Na condição de proponente da solenidade, Kuhlmann revelou que a campanha da RBS serviu de estímulo para o Projeto de Lei nº 314/09, aprovado no Parlamento. "O projeto de minha autoria institui o Dia de Combate ao Crack no estado. Temos que buscar trabalhar mais o tema: o medo, a vergonha e

a falta de conhecimento são os sentimentos de uma família que possui um dependente químico."

Em nome da Mesa da Assembleia, o deputado Jailson Lima (PT) reforçou a iniciativa mencionando que o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), da Polícia Militar, desempenha papel fundamental, pois sua eficácia abrange todo o espectro de drogas, das ilegais às legais.



Eduardo Guedes de Oliveira

Deputado Jean Kuhlmann homenageia RBS, um das comprometidas na luta contra as drogas em SC

Os homenageados

- **Renato José Hendges (deputada Ada Faraco De Luca – PMDB)**
- Casa de Apoio Padre Aloísio Boing (deputado Carlos Chiodini – PMDB)
- **Associação Vida Nueva (Frei Rogério Rubick) (deputado Dagomar Carneiro – PDT)**
- Comunidade Terapêutica Essência de Vida (deputado Darci de Matos – DEM)
- **Ronaldo Pallhei – (deputado Ismael dos Santos – DEM)**
- Grupo RBS – (deputado Jean Kuhlmann – DEM)
- **Centro de Recuperação Viver Livre – (deputado José Natal Pereira – PSDB)**
- Geraldo Swiech – (deputado Lício Mauro da Silveira – PP)
- **Associação para Recuperação de Alcoólatras e Toxicômanos – (deputado Nilson Gonçalves – PSDB)**
- Padre Luiz Prim – (deputado Padre Pedro Baldissera – PT)
- **Jerônimo Alves Ferreira – (deputada Professora Odete de Jesus – PRB)**
- Associação Casa de Reabilitação Nova Vida em Cristo – (deputado Reno Caramori – PP)
- **Comunidade Bethania – (deputado Serafim Venzon – PSDB)**
- Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoólicos (Creta) – (deputado Marcos Vieira – PSDB)
- **Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) – (deputado Jailson Lima – PT)**
- Soldado Policial Militar Marcelo Quintino da Silva – (deputado Sargento Amauri Soares – PDT)
- **Manoel Rosseng – (deputado Décio Góes – PT)**
- Centro de Recuperação Nova Esperança (Cerene) – (deputado Renato Hinnig – PMDB)
- **Jornal Bom Samaritano – (deputado Manoel Mota – PMDB)**